



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76

Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024

ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER E A PANDEMIA POR COVID-19: IMPACTOS SOBRE O ACESSO AOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Mariane de Carvalho Pires¹; Juliana Alves Leite Leal²

1. Bolsista – PROBIC/UEFS, Graduando em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:

macarvapires@gmail.com

2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: julianaleal@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da Mulher; Acesso; Pandemia.

INTRODUÇÃO

O advento da pandemia de COVID – 19 no Brasil e no mundo trouxe consigo impactos em diversos âmbitos da saúde pública, e em diversos serviços de saúde oferecidos pela APS, dentre eles, os serviços e procedimentos relacionados à Atenção à Saúde da Mulher. Segundo Reigada & Smiderle (2021), epidemias agravam as já existentes desigualdades vivenciadas por meninas e mulheres, especialmente se estão em situações de vulnerabilidade.

Compreendendo que a Atenção Primária à Saúde (APS) é coordenadora da atenção à saúde da mulher e que as ações de isolamento e a diminuição do atendimento à população, especialmente, pelas equipes de saúde da família, gerou uma demanda reprimida para atendimento de saúde sexual e reprodutiva, incluindo pré-natal, e também para as ações de prevenção e rastreamento de câncer de mama e câncer do colo do útero, torna-se necessário entender como a APS dos municípios se comportou em relação aos indicadores de saúde.

Diante deste contexto, o presente plano de trabalho, que é parte do projeto maior "Estratégias e tecnologias para garantir acesso e resolutibilidade da APS no contexto da pandemia de Covid-19 na macrorregião de saúde centro-leste" vinculado ao Núcleo de Pesquisa Integrada em Saúde Coletiva, trata como questão norteadora como ocorreu o acesso para os serviços de saúde da atenção à mulher em dois municípios baianos (Camaçari e Feira de Santana) com o advento da Pandemia por covid-19, para, a partir das análise e recorte temporal, fomentar, possíveis reflexões que indiquem de forma comparada como a realidade dos serviços de saúde de cada município foi impactada pela pandemia.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, do tipo corte transversal, no sentido de realizar análise do perfil de atendimentos das equipes de Atenção Primária nos municípios de Camaçari e Feira de Santana no período anterior à pandemia pela COVID-19 e depois do início de casos nestes municípios, de modo que possamos comparar os indicadores para saúde da mulher na APS.

Os indicadores foram analisados considerando os seguintes eixos: a) Exames diagnósticos para doenças transmissíveis (sífilis, HIV, hepatites); b) Atendimento de puerpério (até 42 dias); c) Atendimento de saúde sexual e reprodutiva; d) Rastreamento de câncer de mama; e) Rastreamento de câncer do colo do útero; os dados secundários foram analisados por estatística descritiva.

A coleta de dados se deu por meio de dados secundários nos Sistemas de Informação para analisar indicadores de desempenho/qualidade com foco nas condições de saúde na Atenção

Primária (Caderno de monitoramento da AB - CAMAB/SESAB, e-Gestor/MS), e registros do e-Sus APS para levantar informações sobre perfil de atendimentos das equipes de AP nos dois municípios, no período estudado.

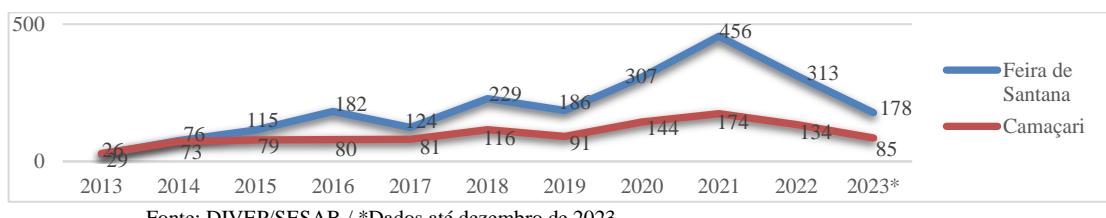
RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fundamental que a população desses municípios participe dos serviços de saúde, não apenas como usuários, mas também como participantes ativos da organização do SUS, como é preconizada no princípio do SUS que garante a participação social. No município de Feira de Santana 329.253 habitantes são mulheres, que podem e devem utilizar os serviços da APS. Em Camaçari o número de mulheres é de 156.102 e estas e estas podem buscar serviços relacionados à saúde da mulher na Atenção Básica, já que a cobertura de assistência da APS de 82%, nos municípios.

O Ministério da Saúde, reforça a necessidade de se manter atendimento a mulheres durante gestação e puerpério; assim como a investigação ou tratamento de condições cuja interrupção represente risco para a saúde da mulher, como neoplasias, sangramento uterino aumentado e infecções sexualmente transmissíveis.

Dessa forma, o seguinte gráfico, mostra o número de casos notificados de sífilis em gestantes nos dois municípios, fazendo um recorte temporal de antes, durante e após a pandemia por COVID-19.

Gráfico 01 – Nº de Casos Notificados de Sífilis em Gestante, por Município. BA, 2013-2023*.

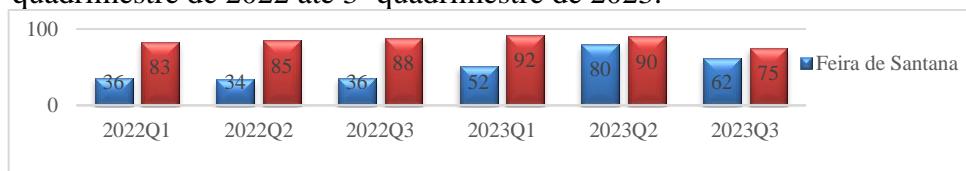


Fonte: DIVEP/SESAB / *Dados até dezembro de 2023.

Os dados apresentados mostram que houve um crescimento alarmante no número de casos de sífilis em gestantes no município de Feira de Santana entre os anos de 2020 e 2021, anos em que a pandemia de Covid-19 ainda não havia sido controlada, sofrendo brusca redução nos anos seguintes. A cidade de Camaçari também apresentou crescimento de casos notificados de sífilis no mesmo período. Tal fato está relacionado ao acesso restrito na APS durante esses anos e consequentemente a saúde sexual e reprodutiva oferecida pela AB, que indica métodos contraceptivos para prevenção e promoção da saúde sexual, além de envolver o bem-estar físico, mental e social relacionado ao sistema reprodutivo.

Garantida na Atenção Básica, a saúde sexual e reprodutiva ajuda a identificar casos de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) em diversas pessoas, mas também em gestantes, a fim de promover o tratamento para que a infecção não seja transmitida para os filhos. Nesse sentido, o gráfico abaixo, mostra a proporção de gestantes nos dois municípios que realizaram os testes para sífilis e HIV.

Gráfico 02 - Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV, por município. Bahia, 1º quadrimestre de 2022 até 3º quadrimestre de 2023.

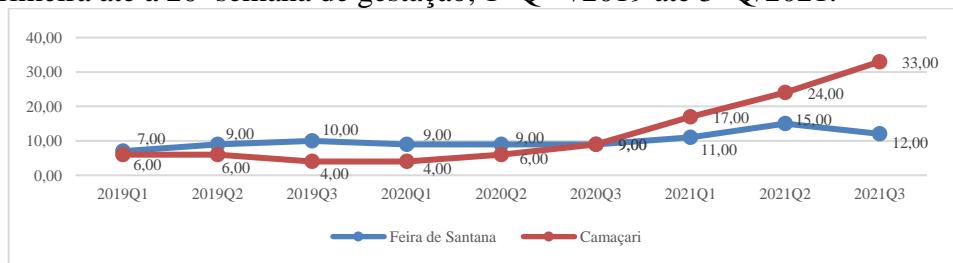


Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB.

Enquanto em Camaçari nos quadrimestres de 2022 e 2023 o percentual fica acima de 75%, em Feira de Santana o maior índice se apresentou no segundo quadrimestre de 2023 com 80%, mas sofreu uma queda para 62% no quadrimestre seguinte. Os dados analisados são de períodos posteriores a pandemia de COVID-19, em que o acesso a tais serviços não deveria ser uma dificuldade. Logo, percebe-se a importância de ações educativas para aproximar essas gestantes da atenção básica dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, mas também dos serviços de pré-natal, para acompanhamento da gestação.

Reigada e Smiderle (2021) alertam que o pré-natal de baixo risco realizado na APS é capaz de reduzir a mortalidade perinatal e infantil. O orientado pelo Ministério da Saúde é que ao menos 6 pré-natais sejam realizados no período da gravidez. Porém, é baixa porcentagem de mulheres que seguem as orientações do Ministério, fato que é evidenciado no Gráfico 03.

Gráfico 03 – Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a primeira até a 20^a semana de gestação, 1º Q**/2019 até 3º Q/2021.



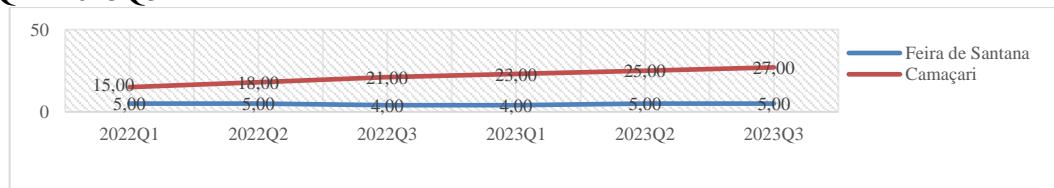
Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – CGIAP/DESF/SAPS/MS – Q** Quadrimestre

O indicador ideal para esse dado é que a proporção chegue a pelo menos 60%, no entanto, nos dois municípios esse índice ideal está distante. Percebe-se que a proporção de gestantes com pelo menos 6 consultas de pré-natal realizadas é baixa nas duas cidades, tendo um aumento apenas no terceiro quadrimestre de 2020. O município de Camaçari saiu de 9% para 33% no período de um ano, enquanto Feira de Santana apresentou aumento de apenas 3% no mesmo período, saindo de 9% para 12%.

Os menores índices são vistos no terceiro quadrimestre de 2019 e primeiro e segundo quadrimestre de 2020, período que haviam numerosos casos de COVID-19 em todo o mundo, e as pessoas evitavam sair de casa seguindo as orientações da OMS.

O gráfico 04 mostra a proporção de mulheres com coleta citopatológica pós pandemia, que, segundo a CAMAB, tinha o objetivo de atingir ao menos 40% de cobertura de exames citopatológicos.

Gráfico 04 - Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS, por Município. BA, 2022Q1 - 2023Q3



Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB.

Visualiza-se que os dois municípios não atingiram a meta. Apesar disso, Camaçari foi quem apresenta melhor proporção, visto que atingiu no terceiro quadrimestre de 2023 27% de cobertura, em contrapartida, o índice de Feira de Santana permaneceu o mesmo durante o período analisado (5%). Tais índices revela uma baixa cobertura nos municípios, o que é preocupante, uma vez que tal exame é fundamental para descoberta de possíveis lesões celulares.

Sendo assim, faz-se necessário analisar a taxa de mortalidade por neoplasia malignas que são detectadas no exame citopatológico, como o câncer de colo de útero, e em outras consultas de saúde da mulher, como o câncer de mama.

Percebe-se que o câncer de colo de mama apresenta taxas crescentes de mortalidade durante os anos no Estado da Bahia maiores do que o câncer de colo de útero, o que corrobora com o Ministério da Saúde (2019) quando este afirma que o Câncer de mama é o tipo de câncer mais comum entre as mulheres no mundo e no Brasil, depois do câncer de pele não melanoma respondendo, atualmente, por cerca de 28% dos casos novos de câncer em mulheres.

CONCLUSÃO

A APS demonstrou ser essencial para a continuidade do cuidado, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, e reforçou a importância de um sistema de saúde robusto e acessível para todos. O sucesso no aumento da cobertura em municípios como Camaçari e Feira de Santana demonstra o potencial da APS em melhorar a saúde da população, embora ainda existam áreas que necessitam de maior atenção.

A saúde da mulher, particularmente no que se refere à saúde sexual e reprodutiva, sofreu impactos negativos durante a pandemia, evidenciados pelo aumento de casos de sífilis em gestantes. A retomada e o fortalecimento das ações de pré-natal e de saúde ginecológica são essenciais para melhorar esses indicadores. É necessário um esforço contínuo para promover a educação em saúde e facilitar o acesso aos serviços de APS, garantindo que todas as fases da vida das mulheres sejam atendidas de forma integral e contínua.

A comparação entre os dois municípios do Estado da Bahia, permite analisar que o município de Camaçari apresenta melhores indicadores para atenção à saúde da mulher, do que Feira de Santana, como fica evidente nos indicadores de consultas pré-natal e nos casos de notificação e detecção de Sífilis e HIV. Tal fato leva a percepção de as políticas voltadas atenção à saúde da mulher, principalmente no que se diz respeito a saúde sexual e reprodutiva e ao planejamento familiar, são eficazes nesse município.

Contudo, ainda há o que melhorar. Por isso, é necessário que os gestores municipais desenvolvam e implementem estratégias eficazes para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos, especialmente os voltados para a saúde da mulher. A participação ativa da população na organização do SUS, conforme preconizado pelo princípio da participação social, é fundamental para alcançar uma saúde pública de qualidade, equitativa e acessível para todos.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Secretaria de Saúde. **Caderno de Avaliação e Monitoramento da Atenção Básica-CAMAB**. Governo do Estado da Bahia, 2024.
- BRASIL. IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28/05/2024.
- BRASIL, Min. Da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes**. Ministério da Saúde, Brasília, 2004.
- BRASIL, Ministério da Saúde. SAS. **Cadernos de Atenção Básica**, I^a ed., I^a reimpressão, n. 26, Brasília – DF, 2013.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde, Brasília, 2024.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 [atualizada até a Lei nº 14.312/2022].
- REIGADA, C. L. L.; SMIDERLE, C. A. S. L. Atenção à saúde da mulher durante a pandemia COVID-19: orientações para o trabalho na APS. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 1-8, 2021.